

**INGO WOLFGANG SARLET
LUIZ GUILHERME MARINONI
DANIEL MITIDIERO**

**CURSO DE
DIREITO
CONSTITUCIONAL**

10^a edição
revista e atualizada

2021

saraiva  jur



saraiva
EDUCAÇÃO

saraiva

Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista - São Paulo - SP - CEP: 01311-100

SAC

sa.c.sets@somoseduacao.com.br

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Renata Pascual Müller
Gerência de projetos e produção editorial	Fernando Penteado
Planejamento	Josiane de Araujo Rodrigues
Novos projetos	Sérgio Lopes de Carvalho Dalila Costa de Oliveira
Edição	Clarissa Boraschi Maria (coord.) Aline Darcy Flôr de Souza
Produção editorial	Daniele Debora de Souza (coord.) Rosana Peroni Fazolari
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Daniela Maria Chaves Carvalho Kelli Priscila Pinto Laura Paraiso Buldrini Filogônio Marília Cordeiro Nicolly Wasconcelos Razuk
Diagramação	SBNigri
Revisão	Carmem Becker
Capa	Deborah Mattos
Produção gráfica	Mari Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Bartra

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Sarlet, Ingo Wolfgang

Curso de direito constitucional / Ingo Wolfgang Sarlet, Luiz Guilherme Marinoni, Daniel Mitidiero. – 10. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021. 1568 p.

Bibliografia
ISBN 978-65-5559-339-6 (impresso)

1. Direito constitucional. 2. Direitos fundamentais I. Título. II. ~~Marthori~~, Luiz Guilherme. III. Mitidiero, Daniel.

20-0530

CDD 342
CDU 342

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito constitucional

Data de fechamento da edição: 9-11-2020

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606869 CAE: 742814

SUMÁRIO

<i>Sobre os autores</i>	5
<i>Nota à 10.ª edição</i>	9
<i>Apresentação</i>	31

PRIMEIRA PARTE

Teoria da Constituição e do Direito Constitucional

1. A Constituição em perspectiva histórico-evolutiva – Dos antecedentes à afirmação do constitucionalismo moderno e do assim chamado Estado Constitucional <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	35
1.1 Considerações introdutórias.....	35
1.2 O caso da Inglaterra e suas peculiaridades.....	40
1.3 Os Estados Unidos da América: a “viragem de Copérnico” da evolução constitucional .	43
1.4 O legado da experiência constitucional na França.....	47
1.5 A ampliação do constitucionalismo pelo mundo ocidental: rumo ao modelo do Estado Constitucional como paradigma universal.....	49
1.6 A Lei Fundamental da Alemanha (1949): notas sobre sua formação, evolução e conteúdo... 1.6.1 Precedentes e o desmantelamento da ordem constitucional pretérita por força da ditadura nacional-socialista.....	51
1.6.2 Elaboração, conteúdo e afirmação da Lei Fundamental de 1949.....	54
1.6.3 A “queda do muro”, a reunificação e a adoção da Lei Fundamental de 1949 como Constituição Federal da Alemanha.....	58
2. Classificação das constituições <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	62
3. Estrutura, funções e conteúdo das constituições <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	71
3.1 As constituições e sua estrutura	71
3.1.1 Considerações de carácter geral	71
3.1.2 O preâmbulo das constituições, com destaque para o problema de sua força jurídica na Constituição Federal de 1988	71
3.1.3 Disposições constitucionais permanentes	76
3.1.4 Disposições constitucionais transitórias	78

3.2	As funções da Constituição	80
3.3	O problema do conteúdo das constituições.....	85
4.	Conceito e características do direito constitucional <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	88
5.	Do poder constituinte e da mudança (reforma e mutação) constitucional <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	91
I –	Do poder constituinte	91
5.1	Notas introdutórias.....	91
5.2	O que é o poder constituinte?	92
5.2.1	Generalidades	92
5.2.2	A natureza do poder constituinte	94
5.2.3	Distinção entre poder constituinte formal e poder constituinte material.....	95
5.2.4	Características do poder constituinte	96
5.3	Quem é o titular do poder constituinte? O problema da legitimidade do poder constituinte e da Constituição.....	98
5.4	Formas de manifestação (expressão ou exercício) do poder constituinte.....	101
5.4.1	Aspectos introdutórios.....	101
5.4.2	As formas democráticas de exercício do poder constituinte.....	103
5.4.3	A revolução como forma da manifestação do poder constituinte	105
5.5	Limites e condicionamentos do poder constituinte?.....	109
II –	Teoria da mudança constitucional – A reforma e a mutação constitucional	112
5.6	Generalidades e distinção entre as diversas formas de mudança constitucional: processos formais e informais (mutação constitucional).....	112
5.7	O poder de reforma da Constituição.....	114
5.7.1	Questões terminológicas.....	114
5.7.2	Natureza, características e funções do poder de reforma constitucional.....	115
5.7.3	O poder de reforma na Constituição Federal de 1988	117
5.7.3.1	A distinção entre revisão e emendas como modalidades de reforma da Constituição	117
5.7.4	Os limites da reforma constitucional	120
5.7.4.1	Considerações gerais	120
5.7.4.2	Limites formais.....	121
5.7.4.3	Limites circunstanciais	126
5.7.4.4	O problema dos limites materiais (as assim chamadas “cláusulas pétreas”) ...	129
5.7.4.4.1	Natureza e significado dos limites materiais	129
5.7.4.4.2	Espécies de limitações materiais ao poder de reforma.....	132
5.8	A assim chamada “mutação” constitucional e suas formas de manifestação: algumas aproximações.....	156
5.8.1	Considerações gerais: conceito e modalidades de mutação constitucional	156
5.8.2	Mecanismos (modos) de mutação constitucional	159
5.8.3	Limites da mutação constitucional: o problema das mutações inconstitucionais..	162

6. Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais	
<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	166
6.1 Alguns aspectos terminológicos e conceituais.....	166
6.2 Apresentação e discussão das principais classificações das normas constitucionais quanto à sua eficácia e aplicabilidade adotadas no Brasil.....	171
6.2.1 As posições “clássicas” e a sua gradual superação.....	171
6.3 Apreciação crítica das diferentes posições.....	180
6.4 Síntese conclusiva.....	186
7. O problema da efetividade das normas constitucionais e da força normativa da Constituição	
<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	192
8. A norma constitucional no “tempo” – Relações entre a Constituição e a ordem jurídica anterior	
<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	197
8.1 Considerações.....	197
8.2 A Constituição e o direito constitucional anterior.....	198
8.2.1 A Constituição originária e a Constituição anterior.....	198
8.2.2 As emendas constitucionais e o direito constitucional (originário) anterior.....	199
8.3 A Constituição e o direito infraconstitucional anterior.....	200
9. A Constituição e as relações com o direito estrangeiro e internacional – O problema da aplicação das normas constitucionais no espaço	
<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	204
9.1 Considerações introdutórias.....	204
9.2 Relações entre o direito estrangeiro e a Constituição.....	205
9.3 O direito internacional e a Constituição Federal de 1988.....	209
10. Linhas mestras da interpretação constitucional	
<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	213
10.1 Noções gerais.....	213
10.2 Princípios da interpretação constitucional.....	217
10.2.1 O princípio da unidade da Constituição.....	217
10.2.1.1 Princípio do efeito integrador.....	218
10.2.1.2 O princípio da “concordância prática” ou da “harmonização”.....	219
10.2.1.3 A assim chamada “ponderação” (ou “balanceamento”) no campo da interpretação e aplicação da Constituição.....	220
10.2.1.4 Proporcionalidade e razoabilidade como princípios e critérios de interpretação constitucional.....	221
10.2.2 O princípio da supremacia da Constituição.....	224
10.2.2.1 O princípio da máxima eficácia e efetividade da Constituição.....	225
10.2.2.2 O princípio da força normativa da Constituição.....	225
10.2.2.3 O princípio da interpretação (das leis) conforme à Constituição.....	226
10.2.3 O princípio da divisão de poderes e o correlato princípio (dever) da conformidade funcional: o problema da autorrestrição por parte da jurisdição constitucional e as assim chamadas “capacidades institucionais”.....	228

SEGUNDA PARTE**O Sistema Constitucional Brasileiro**

1. O constitucionalismo brasileiro em perspectiva histórico-evolutiva – Da Constituição Imperial de 1824 à assim chamada “Constituição-Cidadã” de 1988 <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	233
1.1 Os primórdios e a Carta Imperial de 1824.....	233
1.2 A Proclamação da República e a implantação da Federação: a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891.....	237
1.3 A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934.....	241
1.4 O Estado Novo e a Carta de 1937 (a Constituição “Polaca”)	243
1.5 A Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946.....	245
1.6 A Constituição do Brasil de 1967 e a EC 1/1969	246
1.7 Breves notas sobre a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	249
2. Dos princípios fundamentais <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	256
I – Notas introdutórias: função, classificação e eficácia dos princípios constitucionais fundamentais.....	256
II – Princípios gerais estruturantes e constitucionalmente conformadores da ordem jurídico-constitucional	261
2.1 Princípio da dignidade da pessoa humana	261
2.1.1 Considerações gerais.....	261
2.1.2 Breves notas sobre a forma de positivação (reconhecimento) da dignidade da pessoa humana na Constituição Federal	262
2.1.3 Funções da dignidade da pessoa humana na arquitetura jurídico-constitucional.....	265
2.2 Princípio do Estado Democrático e Socioambiental de Direito.....	269
2.2.1 Noções gerais.....	269
2.2.2 O princípio democrático e a soberania popular	271
2.2.3 O princípio do pluralismo político	277
2.2.4 O princípio do Estado de Direito.....	278
2.2.5 O princípio do Estado Socioambiental (a conjugação da justiça social, da realização dos direitos humanos e fundamentais sociais e da proteção do ambiente)... ..	289
2.2.6 Princípio republicano.....	293
2.2.7 O princípio federativo.....	296
2.2.8 O princípio da sustentabilidade (ou desenvolvimento sustentável).....	296
III – Os objetivos fundamentais do Estado Democrático (Socioambiental) de Direito	299
IV – Princípios que regem as relações internacionais.....	300
3. Teoria geral dos direitos fundamentais <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	304
3.1 Considerações gerais	304
3.1.1 Aspectos terminológicos: direitos humanos e/ou direitos fundamentais?	305

3.2	Os direitos fundamentais em perspectiva histórico-evolutiva e as assim designadas dimensões (ou “gerações”) de direitos fundamentais.....	308
3.2.1	Considerações preliminares.....	308
3.2.2	A “pré-história” dos direitos fundamentais: dos primórdios à noção de direitos naturais (inatos e inalienáveis) do homem.....	309
3.2.3	O reconhecimento dos direitos fundamentais na esfera do direito positivo.....	312
3.2.3.1	Antecedentes (o período pré-constitucional).....	312
3.2.4	As assim chamadas “dimensões” (gerações?) dos direitos fundamentais: a trajetória evolutiva dos direitos fundamentais do Estado Liberal ao Estado Constitucional Socioambiental.....	314
3.2.4.1	Os direitos fundamentais no âmbito do Estado Liberal (a assim chamada “primeira dimensão”).....	317
3.2.4.2	O advento do Estado Social e os direitos econômicos, sociais e culturais (a assim chamada “segunda dimensão”).....	317
3.2.5	A titularidade transindividual e os assim chamados “direitos da terceira dimensão”..	319
3.2.6	Existem direitos fundamentais de quarta, quinta e sexta dimensão?.....	320
3.2.7	As dimensões (“gerações”) dos direitos em perspectiva crítica.....	323
3.3	O conceito de direitos fundamentais no sistema constitucional brasileiro.....	324
3.3.1	A dupla fundamentalidade em sentido formal e material.....	324
3.3.2	A abertura (expansividade) do catálogo constitucional dos direitos fundamentais: significado e alcance da norma contida no art. 5.º, § 2.º, da CF.....	327
3.3.2.1	Noções preliminares.....	327
3.3.2.2	Classificação dos direitos fundamentais com base no critério da abertura material do catálogo constitucional.....	330
3.3.2.3	Direitos previstos no Título II da CF.....	335
3.3.2.4	Direitos fundamentais dispersos no texto constitucional.....	336
3.3.2.5	Direitos sediados nos tratados internacionais de direitos humanos.....	340
3.3.2.5.1	Generalidades.....	340
3.3.2.5.2	O procedimento de incorporação dos tratados de direitos humanos na perspectiva da Constituição Federal.....	342
3.3.2.5.3	O problema da hierarquia dos tratados de direitos fundamentais na ordem jurídica interna brasileira: direitos fundamentais sem hierarquia constitucional?.....	346
3.4	A dupla dimensão objetiva e subjetiva, a multifuncionalidade e a classificação dos direitos e garantias fundamentais.....	350
3.4.1	Os direitos fundamentais e sua dimensão subjetiva.....	350
3.4.2	A assim chamada dimensão objetiva dos direitos fundamentais.....	353
3.4.3	Multifuncionalidade e classificação dos direitos fundamentais na ordem constitucional.....	357
3.5	A titularidade dos direitos e garantias fundamentais: quem é o sujeito dos direitos?.....	360
3.5.1	Considerações gerais.....	360
3.5.2	A pessoa natural como titular de direitos fundamentais: a titularidade universal e sua interpretação na Constituição Federal.....	361
3.5.3	O problema da titularidade de direitos fundamentais por parte dos estrangeiros e a relevância da distinção entre estrangeiro residente e não residente.....	363

3.5.4	O problema da titularidade de direitos fundamentais nos limites da vida.....	366
3.5.5	Pessoas jurídicas como titulares de direitos fundamentais.....	369
3.5.6	Direitos fundamentais da natureza, em especial a titularidade de direitos por parte dos animais não humanos.....	371
3.6	A aplicabilidade imediata das normas de direitos e garantias fundamentais: significado e alcance do art. 5.º, § 1.º, da CF.....	374
3.7	Destinatários dos direitos e garantias fundamentais	380
3.8	Particulares como destinatários dos direitos fundamentais: o problema da eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas.....	384
3.9	Limites e restrições de direitos fundamentais.....	388
3.9.1	Considerações introdutórias.....	388
3.9.2	O âmbito de proteção dos direitos e garantias fundamentais.....	389
3.9.3	Os limites dos direitos fundamentais.....	392
3.9.4	Limites aos limites dos direitos fundamentais.....	396
3.9.4.1	Noções preliminares.....	396
3.9.4.2	Proporcionalidade e razoabilidade como limites dos limites.....	397
3.9.4.3	A assim chamada garantia do núcleo essencial dos direitos fundamentais.....	406
4.	Direitos fundamentais em espécie	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	410
4.1	O direito à vida.....	410
4.1.1	Breve histórico: da noção de “direito natural” à consagração como direito humano e fundamental.....	410
4.1.2	Âmbito de proteção do direito à vida: o conceito de vida para efeitos da tutela jurídica.....	413
4.1.3	Relação do direito à vida com outros direitos fundamentais.....	414
4.1.4	A titularidade do direito à vida e o problema do início e fim da proteção jurídico-constitucional da vida humana	417
4.1.5	Destinatários (sujeitos passivos): órgãos estatais e particulares	420
4.1.6	O direito à vida e sua dupla dimensão objetiva e subjetiva como dever de proteção e complexo de posições subjetivas de conteúdo negativo e positivo	421
4.1.6.1	Considerações gerais.....	421
4.1.6.2	Dimensões subjetiva e objetiva do direito à vida.....	421
4.1.7	Limites das intervenções no direito à vida: uma análise a partir de alguns exemplos.....	423
4.1.7.1	Considerações gerais.....	423
4.1.7.2	Existe um direito de matar? O caso da pena de morte e de outras intervenções similares.....	424
4.1.7.3	A discussão em torno da legitimidade constitucional da interrupção da gravidez.....	427
4.1.7.4	O problema de um direito ao suicídio e a discussão em torno das possibilidades e limites da eutanásia	430
4.2	O direito à integridade física e psíquica.....	433
4.2.1	Considerações gerais.....	433

4.2.2	Direito constitucional estrangeiro e direito internacional dos direitos humanos....	434
4.2.3	O direito à integridade física e psíquica na Constituição Federal.....	435
4.2.3.1	Observações gerais e relação com outros direitos fundamentais.....	435
4.2.3.2	A dupla dimensão subjetiva (negativa e positiva) e objetiva do direito à integridade física e psíquica.....	436
4.2.3.3	Titulares e destinatários.....	437
4.2.3.4	Intervenções no direito à integridade corporal, limites e restrições: a controvérsia em torno de um direito à disposição do próprio corpo.....	438
4.2.3.5	O caso da proibição da tortura, de todo e qualquer tratamento desumano e degradante, incluindo a proibição das penas cruéis	441
4.3	Demais direitos à identidade e integridade pessoal – O direito ao livre desenvolvimento da personalidade e os direitos especiais de personalidade	445
4.3.1	Os direitos fundamentais vinculados à proteção da personalidade e os contornos de seu regime jurídico-constitucional.....	445
4.3.1.1	Considerações gerais	445
4.3.1.2	Direito internacional dos direitos humanos e constituições estrangeiras....	449
4.4	O direito ao livre desenvolvimento da personalidade: sua função como cláusula geral e sua relação com os direitos especiais de personalidade.....	450
4.5	Contornos do regime jurídico-constitucional dos direitos de personalidade.....	452
4.6	O direito à vida privada (privacidade e intimidade).....	457
4.6.1	Considerações gerais.....	457
4.6.2	Conteúdo (âmbito de proteção) do direito à vida privada.....	458
4.6.3	Limites e restrições.....	462
4.7	A salvaguarda do sigilo fiscal e bancário.....	463
4.8	Inviolabilidade do domicílio	469
4.8.1	Notícia histórica e generalidades	469
4.8.2	Direito internacional dos direitos humanos e evolução constitucional brasileira anterior à Constituição Federal	470
4.8.3	Conteúdo e limites do direito à inviolabilidade do domicílio na Constituição Federal	472
4.9	A inviolabilidade da correspondência e o sigilo das comunicações em geral.....	479
4.10	Proteção dos dados pessoais.....	486
4.11	Os direitos à honra e à imagem.....	492
4.11.1	Considerações gerais.....	492
4.11.2	O direito à honra.....	492
4.11.3	O direito à (própria) imagem.....	497
4.12	Direitos de liberdade.....	501
4.12.1	Algumas notas sobre um direito geral de liberdade na Constituição Federal e o sistema constitucional das liberdades fundamentais.....	501
4.12.2	Liberdade de expressão.....	506
4.12.2.1	Notas introdutórias: breve mirada sobre a evolução constitucional brasileira pretérita e o direito internacional	506
4.12.2.2	A liberdade de expressão na Constituição Federal.....	510

4.12.3	Liberdade de consciência e de crença (liberdade religiosa)	533
4.12.3.1	Notas introdutórias e breve mirada sobre a evolução no âmbito do direito internacional, direito constitucional estrangeiro e evolução constitucional brasileira.....	533
4.12.3.2	A liberdade religiosa e a liberdade de consciência na Constituição Federal de 1988.....	537
4.12.4	Liberdade de locomoção.....	550
4.12.4.1	Considerações gerais e reconhecimento no plano do direito internacional e direito constitucional estrangeiro.....	550
4.12.4.2	A liberdade de locomoção na evolução constitucional brasileira pretérita.....	551
4.12.5	A liberdade de locomoção na Constituição Federal.....	552
4.12.5.1	Considerações gerais	552
4.12.5.2	Âmbito de proteção da liberdade de locomoção: sua dimensão objetiva e subjetiva.....	553
4.12.5.3	Titulares e destinatários.....	555
4.12.5.4	Limites da liberdade de locomoção	555
4.12.6	O direito à informação e o direito de acesso à informação.....	558
4.12.6.1	Considerações iniciais.....	558
4.12.6.2	Conteúdo e alcance do direito à informação.....	559
4.12.6.2.1	Anotações gerais sobre o objeto do direito à informação.....	559
4.12.6.2.2	Titulares e destinatários.....	560
4.12.6.2.3	Dimensão objetiva e subjetiva (negativa e positiva).....	561
4.12.6.2.4	Limites e restrições do direito de acesso à informação.....	562
4.12.7	As garantias constitucionais relativas à prisão: o caso da prisão civil	566
4.12.7.1	Generalidades.....	566
4.12.7.2	A prisão civil: possibilidade e limites na Constituição Federal.....	567
4.12.7.2.1	Generalidades e evolução constitucional pretérita	567
4.12.7.2.2	Conteúdo e âmbito de proteção da proibição da prisão civil na Constituição Federal.....	568
4.12.7.2.3	A prisão civil no caso de inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentar.....	569
4.12.7.2.4	A controvérsia em torno da prisão civil do depositário infiel.....	572
4.12.7.2.5	Liberdade de profissão.....	575
4.12.7.2.6	A liberdade de profissão na Constituição Federal.....	578
4.12.7.2.7	Liberdade de associação.....	589
4.12.7.2.8	Liberdade de reunião.....	601
4.13	Direito(s) de igualdade: direito geral de igualdade, cláusulas especiais de igualdade e políticas orientadas para a igualdade.....	614
4.13.1	Considerações introdutórias	614
4.13.2	Da igualdade formal à igualdade material.....	617
4.13.3	Breves notas a respeito da relação entre dignidade, liberdade e igualdade.....	619

4.13.4	Conteúdo e significado do princípio da igualdade e do(s) direito(s) de igualdade na Constituição Federal de 1988	620
4.13.4.1	Generalidades.....	620
4.13.4.2	Âmbito de proteção: conteúdo e alcance do princípio e do direito geral de igualdade.....	622
4.13.4.3	Metódica de aplicação do princípio (direito) da igualdade e efeitos de sua violação na condição de direito subjetivo	628
4.13.4.4	Igualdade, diferença e as assim chamadas “ações afirmativas” como promotoras da igualdade material e de políticas de inclusão e reconhecimento	633
4.14	Dos direitos fundamentais sociais.....	637
4.14.1	Aspectos gerais relativos aos direitos sociais como direitos fundamentais	637
4.14.1.1	Generalidades: os direitos sociais no quadro da evolução constitucional brasileira	637
4.14.2	Breves notas sobre os direitos sociais no âmbito do direito constitucional estrangeiro	640
4.14.3	Os direitos sociais como direitos fundamentais e seu regime jurídico na Constituição Federal	644
4.14.3.1	Aspectos gerais	644
4.14.3.2	Titulares e destinatários dos direitos sociais.....	649
4.14.3.3	O problema da eficácia e efetividade das normas de direitos sociais, com destaque para a controvérsia acerca da exigibilidade dos direitos sociais como direitos a prestações	654
4.14.3.4	O problema da proteção dos direitos sociais e o assim designado “princípio da proibição de retrocesso”	663
4.14.3.5	Algumas notas acerca do problema do financiamento dos direitos sociais, das “cláusulas pétreas” e as EC 94 e 95, de 2016.....	667
4.15	Dos direitos sociais em espécie	670
4.15.1	Considerações preliminares	670
4.15.2	O direito ao (e a garantia do) mínimo existencial como espécie de categoria transversal.....	670
4.15.3	O direito à proteção e promoção da saúde	676
4.15.4	O direito à alimentação	687
4.15.5	O direito à moradia.....	69
4.15.6	O direito à educação	690
4.15.7	O direito ao trabalho.....	709
4.15.8	O direito ao lazer.....	714
4.15.9	O direito à segurança social: previdência e assistência aos desamparados.....	715
4.15.10	O direito à proteção da maternidade, da infância, da juventude e do idoso.....	719
4.15.11	O direito ao transporte	727
4.15.12	O direito-dever fundamental de proteção e promoção de um meio ambiente saudável	730
4.16	Nacionalidade.....	742
4.16.1	Considerações introdutórias	742

4.16.2	A nacionalidade no âmbito do direito internacional, com destaque para o sistema de reconhecimento e proteção dos direitos humanos	744
4.16.3	A nacionalidade no direito constitucional estrangeiro	745
4.16.4	A nacionalidade no âmbito da evolução constitucional brasileira	746
4.16.5	O regime da nacionalidade na Constituição Federal de 1988	748
4.16.5.1	Considerações gerais: a nacionalidade como direito e garantia fundamental	748
4.16.5.2	Espécies de nacionalidade	749
4.16.5.2.1	A nacionalidade primária: o brasileiro nato	749
4.16.5.2.2	A nacionalidade secundária: a naturalização como forma de aquisição da nacionalidade	753
4.16.5.3	Distinções entre os brasileiros natos e os naturalizados	757
4.16.5.4	Perda e reaquisição da nacionalidade brasileira	758
4.16.5.5	O problema da assim chamada dupla nacionalidade	762
4.16.5.6	Um caso especial: a condição jurídico-constitucional dos cidadãos portugueses (a assim chamada quase nacionalidade)	763
4.16.5.7	O regime jurídico do estrangeiro na Constituição Federal	764
4.16.5.7.1	Aspectos gerais	764
4.16.5.7.2	A exclusão do estrangeiro por iniciativa estatal: as hipóteses de deportação, expulsão e extradição	766
4.16.5.8	As hipóteses de asilo e refúgio	773
4.16.5.8.1	O asilo	774
4.16.5.8.2	O refúgio	775
4.17	Direitos políticos	778
4.17.1	Considerações gerais: o significado jurídico da democracia e sua relação com os direitos políticos e os direitos fundamentais em geral	778
4.17.2	Os direitos políticos como direitos humanos e fundamentais	780
4.17.2.1	Considerações gerais	780
4.17.2.2	Os direitos políticos no plano supranacional (internacional e regional)	781
4.17.3	Os direitos políticos no constitucionalismo brasileiro	782
4.17.3.1	Constituições anteriores	782
4.17.3.2	Os direitos políticos na Constituição Federal de 1988	783
4.17.3.2.1	Considerações gerais: o regime jurídico-constitucional dos direitos políticos na condição de direitos fundamentais	783
4.17.3.2.2	O sufrágio e o direito de voto	788
4.17.3.2.3	A titularidade dos direitos políticos	793
4.17.3.2.4	O sufrágio passivo: condições de elegibilidade	795
4.17.3.2.5	Ainda o sufrágio passivo: as causas de inelegibilidade	798
4.17.3.2.6	Os casos de perda, suspensão e reaquisição dos direitos políticos	809
4.17.3.2.6.1	Considerações gerais	809
4.17.3.2.6.2	Perda dos direitos políticos	810
4.17.3.2.6.3	As hipóteses de suspensão dos direitos políticos	812

4.17.3.2.7	A requalificação dos direitos políticos	819
4.17.3.2.8	A regra da anualidade em matéria eleitoral (art. 16 da CF) ..	819
4.18	Dos partidos políticos.....	822
4.18.1	Considerações gerais: posição e função dos partidos políticos no Estado Democrático de Direito.....	822
4.18.2	As dimensões da liberdade partidária e seus elementos estruturantes e consequências.....	826
4.18.3	Os partidos políticos no direito constitucional brasileiro pretérito.....	827
4.18.4	Os partidos políticos na Constituição Federal de 1988.....	834
4.18.4.1	Anotações preliminares	834
4.18.4.2	Personalidade jurídica dos partidos políticos, sua autonomia e liberdade na CF	835
4.18.4.3	O problema da fidelidade partidária e da correlata perda do mandato..	839
4.18.5	A igualdade de oportunidades entre os partidos políticos	841
4.18.5.1	Aspectos gerais	841
4.18.5.2	Do financiamento dos partidos.....	843
4.18.5.3	Da propaganda eleitoral e do acesso aos meios de comunicação	845
5.	Direitos fundamentais processuais	
	<i>Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero</i>	847
5.1	Direito fundamental ao processo justo	847
5.1.1	Introdução.....	847
5.1.2	Âmbito de proteção.....	849
5.1.3	Titularidade e destinatários.....	852
5.1.4	Eficácia.....	854
5.1.5	Conformação infraconstitucional	854
5.2	Direito fundamental à colaboração no processo	855
5.2.1	Introdução	855
5.2.2	Âmbito de proteção	858
5.3	Direito fundamental à tutela adequada e efetiva.....	859
5.3.1	Introdução	859
5.3.2	Âmbito de proteção.....	860
5.4	Direito fundamental à igualdade e à paridade de armas.....	871
5.4.1	Introdução	871
5.4.2	Âmbito de proteção.....	872
5.5	Direito fundamental ao juiz natural e ao promotor natural.....	875
5.5.1	Introdução	875
5.5.2	Âmbito de proteção.....	875
5.6	Direito fundamental ao contraditório.....	878
5.6.1	Introdução.....	878
5.6.2	Âmbito de proteção	878
5.7	Direito fundamental à ampla defesa	885
5.7.1	Introdução.....	885

5.7.2	Âmbito de proteção.....	885
5.8	Direito fundamental à prova.....	890
5.8.1	Introdução.....	890
5.8.2	Âmbito de proteção.....	890
5.9	Direito fundamental à publicidade.....	897
5.9.1	Introdução.....	897
5.9.2	Âmbito de proteção.....	897
5.10	Direito fundamental à motivação das decisões.....	899
5.10.1	Introdução.....	899
5.10.2	Âmbito de proteção.....	900
5.11	Direito fundamental à segurança jurídica no processo.....	905
5.11.1	Introdução.....	905
5.11.2	Âmbito de proteção.....	906
5.12	Direito à assistência jurídica integral.....	910
5.12.1	Introdução.....	910
5.12.2	Âmbito de proteção.....	912
5.13	Direito fundamental à duração razoável do processo.....	913
5.13.1	Introdução.....	913
5.13.2	Âmbito de proteção.....	914
5.14	Direito fundamental ao duplo grau de jurisdição?.....	917
5.14.1	Introdução.....	917
5.14.2	Âmbito de proteção.....	917
6.	Ações constitucionais	
	<i>Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero</i>	919
6.1	<i>Habeas corpus</i>	919
6.1.1	Introdução.....	919
6.1.2	Âmbito de proteção.....	920
6.1.3	Titularidade.....	921
6.1.4	Conformação infraconstitucional.....	922
6.2	Mandado de segurança.....	924
6.2.1	Introdução.....	924
6.2.2	Âmbito de proteção.....	925
6.2.3	Titularidade.....	928
6.2.4	Conformação infraconstitucional.....	929
6.3	Mandado de injunção.....	930
6.3.1	Introdução.....	930
6.4	<i>Habeas data</i>	931
6.4.1	Introdução.....	931
6.4.2	Âmbito de proteção.....	931
6.4.3	Titularidade.....	932
6.4.4	Conformação infraconstitucional.....	932

6.5	Ação popular	933
6.5.1	Introdução.....	933
6.5.2	Âmbito de proteção.....	933
6.5.3	Titularidade	934
6.5.4	Conformação infraconstitucional	935
6.6	Ação civil pública.....	936
6.6.1	Introdução.....	936
6.6.2	Âmbito de proteção.....	937
6.6.3	Titularidade	938
6.6.4	Conformação infraconstitucional	939
7.	Da organização do Estado e da repartição de competências <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	941
I –	Da organização do Estado.....	941
7.1	O Estado Federal no âmbito da teoria e prática das formas de Estado: noções gerais e introdutórias.....	941
7.2	Elementos nucleares qualificadores do Estado Federal.....	943
7.3	O Estado Federal na Constituição de 1988	950
7.3.1	Breve notícia histórica – formas de Estado e a trajetória do Federalismo no direito constitucional brasileiro	950
7.3.2	Principais novidades: a inclusão do Município como ente federativo e o aperfeiçoamento do assim chamado “federalismo cooperativo”.....	952
7.3.3	A Federação como “cláusula pétrea” (art. 60, § 4.º, I, da CF), os assim chamados “princípios sensíveis” (art. 34, VII, da CF) e o instituto das vedações constitucionais (art. 19 da CF).....	955
7.4	O instituto da Intervenção como garantia da integridade da Federação	958
7.4.1	Noções gerais.....	958
7.4.2	A Intervenção nos Estados e no Distrito Federal.....	960
7.4.2.1	Pressupostos materiais e hipóteses de cabimento.....	960
7.4.2.2	Aspectos de ordem formal e procedimental.....	965
7.4.2.2.1	Iniciativa do processo interventivo.....	965
7.4.2.2.2	Competência e forma do ato interventivo.....	967
7.4.2.2.3	Amplitude, prazo, condições e consequências da intervenção .	967
7.4.2.2.4	Do interventor e de sua responsabilidade	969
7.4.2.2.5	Controle político e jurisdicional da intervenção.....	970
7.4.3	A intervenção nos Municípios.....	971
II	Da repartição de competências.....	973
7.5	Noções gerais	973
7.6	Das competências administrativas (materiais) dos entes federativos.....	976
7.6.1	Aspectos gerais e competências exclusivas (indelegáveis).....	976
7.6.2	Competências administrativas comuns (concorrentes).....	978
7.7	Das competências legislativas	980

7.7.1	Competências legislativas privativas da União e sua delegação	981
7.7.2	Competências legislativas dos Estados	982
7.7.3	Competências legislativas dos Municípios	983
7.7.4	Competências legislativas do Distrito Federal	984
7.8	As competências legislativas concorrentes	985
7.8.1	Considerações gerais	985
7.8.2	Algumas notas sobre o (problemático e controverso) conceito de normas gerais ..	987
7.8.2.1	A competência suplementar dos Estados e do Distrito Federal	988
7.8.2.2	A competência suplementar dos Municípios	990
7.8.2.3	Considerações de natureza crítica à luz do exemplo da proteção ambiental	992
8.	Controle de constitucionalidade	
	<i>Luiz Guilherme Marinoni</i>	999
I –	O surgimento do controle judicial de constitucionalidade no direito comparado e a sua evolução no direito brasileiro	999
8.1	O surgimento do controle judicial da constitucionalidade das leis nos Estados Unidos ..	999
8.1.1	Primeiras considerações	999
8.1.2	A superioridade do <i>common law</i> sobre os atos do parlamento inglês	1000
8.1.3	A Revolução Gloriosa, de 1688, e o significado do princípio da <i>supremacy of the English Parliament</i>	1002
8.1.4	Do controle dos atos da colônia a partir do direito inglês ao <i>judicial review</i> estadunidense. Mera inversão do princípio da supremacia do parlamento pelo princípio da supremacia do Judiciário?	1004
8.1.5	Os significados de “supremacia do parlamento” nas revoluções inglesa e francesa ...	1006
8.1.6	O <i>judicial review</i> diante do princípio da separação dos poderes	1009
8.1.7	A matriz jusnaturalista da Constituição e os poderes constituinte e constituído	1015
8.1.8	O caso <i>Marbury v. Madison</i> . A doutrina <i>Marshall</i>	1016
8.1.9	Consideração histórico-crítica acerca do surgimento do sistema americano de controle difuso da constitucionalidade das leis	1020
8.2	A evolução do controle judicial da constitucionalidade das leis na Europa	1022
8.2.1	Primeiras considerações	1022
8.2.2	O sistema austríaco de controle de constitucionalidade	1023
8.2.3	A manutenção do controle concentrado e a expansão do modo incidental. Os Tribunais Constitucionais italiano e alemão	1026
8.2.4	Compreensão do sistema em que o juiz, por não poder decidir a questão constitucional, remete-a para análise da Corte Constitucional	1028
8.3	História do controle judicial de constitucionalidade brasileiro	1030
8.3.1	A Constituição Imperial	1030
8.3.2	A Constituição de 1891	1030
8.3.3	A Constituição de 1934	1034
8.3.4	A Constituição de 1937	1037
8.3.5	A Constituição de 1946	1038

8.3.6	A Constituição de 1967/1969.....	1041
8.3.7	A Constituição de 1988	1046
II	Formas de controle de constitucionalidade e tipos de inconstitucionalidade	1047
8.4	Das formas de controle de constitucionalidade	1047
8.4.1	Controle judicial e controle não judicial.....	1047
8.4.1.1	Objeto do controle judicial	1053
8.4.2	Controle preventivo e controle repressivo.....	1056
8.4.3	Controle concreto e controle abstrato.....	1058
8.4.4	Controle incidental e controle principal.....	1061
8.4.5	Controle difuso e controle concentrado.....	1062
8.5	As diversas faces da inconstitucionalidade	1064
8.5.1	Inconstitucionalidade formal e inconstitucionalidade material.....	1064
8.5.2	Inconstitucionalidade por ação e inconstitucionalidade por omissão.....	1073
8.5.2.1	Primeiras considerações.....	1073
8.5.2.2	Inconstitucionalidade por ação.....	1075
8.5.2.3	Inconstitucionalidade por omissão.....	1075
8.5.2.3.1	Instrumentos processuais para combater a omissão inconstitucional: mandado de injunção e ação direta de inconstitucionalidade por omissão	1075
8.5.2.3.2	Omissão total e omissão parcial	1080
8.5.2.3.3	Norma constitucional impositiva de dever de legislar e direito fundamental carente de tutela normativa	1084
8.6	Inconstitucionalidade originária e inconstitucionalidade superveniente	1088
8.6.1	Inconstitucionalidade superveniente ou revogação? Consequências práticas.....	1088
8.6.2	Alteração dos fatos e modificação da concepção geral acerca do direito.....	1091
8.7	Inconstitucionalidade total e inconstitucionalidade parcial.....	1094
8.8	Inconstitucionalidade direta e inconstitucionalidade indireta	1096
III	Controle difuso de constitucionalidade.....	1098
8.9	A questão constitucional no processo comum.....	1098
8.10	A decisão no controle incidental.....	1099
8.11	A natureza prejudicial da questão de constitucionalidade	1099
8.12	Legitimados a arguir a questão constitucional no controle incidental.....	1099
8.13	O controle de constitucionalidade de ofício.....	1103
8.14	Da inexistência de preclusão.....	1106
8.15	Declaração incidental de inconstitucionalidade nos Tribunais Estaduais e Regionais Federais e no STJ	1107
8.15.1	A exigência de <i>quorum</i> qualificado nos Tribunais. Encaminhamento e decisão da questão constitucional.....	1107
8.15.2	A Súmula Vinculante 10.....	1107
8.15.3	Interpretação conforme e declaração parcial de nulidade sem redução de texto. Exclusividade do Pleno ou Órgão Especial	1109
8.15.4	Não cabimento do incidente de inconstitucionalidade.....	1110

8.15.5	Questão constitucional já decidida pelo STF	1111
8.15.6	Questão constitucional já decidida pelo Plenário ou Órgão Especial	1112
8.15.7	Declaração de inconstitucionalidade no STJ.....	1113
8.15.8	Procedimento do incidente de inconstitucionalidade nos Tribunais	1116
8.15.8.1	Procedimento prévio perante o órgão fracionário	1116
8.15.8.2	Procedimento perante o Pleno ou o Órgão Especial	1117
8.16	Recurso extraordinário	1119
8.16.1	Recurso extraordinário	1119
8.16.2	Repercussão geral.....	1121
8.16.3	A imprescindibilidade de os precedentes da Suprema Corte obrigarem os juízos inferiores no sistema em que todo e qualquer juiz tem poder para controlar a constitucionalidade.....	1127
8.16.4	Os precedentes obrigatórios e a importância da fundamentação das decisões... ..	1132
8.16.5	<i>Ratio decidendi</i> e <i>obiter dicta</i>	1135
8.16.6	A individualização dos fundamentos determinantes ou <i>ratio decidendi</i>	1138
8.16.7	A eficácia vinculante dos fundamentos determinantes no STF.....	1139
8.16.8	Eficácia temporal da revogação de precedente formado no controle incidental	1145
8.16.8.1	A questão nos Estados Unidos.....	1145
8.16.8.2	Diferentes razões para tutelar a segurança jurídica: decisão de inconstitucionalidade e revogação de precedente constitucional.....	1150
8.16.8.3	Efeitos inter partes e vinculantes da decisão de inconstitucionalidade (no controle incidental) e da decisão que revoga precedente constitucional....	1155
8.16.8.4	Eficácia prospectiva de decisão revogadora de precedente constitucional e de decisão proferida em controle incidental.....	1156
8.16.8.5	A função do Senado Federal.....	1160
8.17	Controle incidental na ação civil pública e na ação popular.....	1165
8.18	O problema do controle incidental da inconstitucionalidade por omissão.....	1168
8.18.1	Primeiras considerações.....	1168
8.18.2	O poder de controle difuso abarca o poder de controlar a omissão inconstitucional.....	1169
8.18.3	Situações em que a falta de lei é frequentemente suprida na prática forense.....	1170
8.18.4	A eficácia dos direitos fundamentais sobre os particulares e o controle incidental da omissão inconstitucional.....	1170
8.18.5	Os limites do juiz no suprimento da falta de lei necessária à tutela de direito fundamental. O controle da inconstitucionalidade por omissão como controle da insuficiência de tutela.....	1174
8.18.6	Controle de inconstitucionalidade por omissão à tutela de direito fundamental de natureza processual.....	1176
8.18.7	Legitimidade do raciocínio decisório no suprimento de técnica processual.....	1181
IV	Ação direta de inconstitucionalidade.....	1182
8.19	Primeiras considerações	1182
8.20	Legitimidade.....	1184
8.20.1	Extensão da legitimidade, legitimados universais e especiais e capacidade para postular	1184

8.20.2	Legitimidade, pertinência temática e interesse de agir.....	1187
8.20.3	Governador de Estado e Assembleia Legislativa.....	1189
8.20.4	Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.....	1190
8.20.5	Partido político.....	1191
8.20.6	Confederação sindical e entidade de classe de âmbito nacional.....	1192
8.21	Objeto.....	1198
8.22	Parâmetro de controle.....	1207
8.23	Procedimento.....	1210
8.24	Procedimento sumário em sentido formal.....	1217
8.25	Causa de pedir aberta.....	1220
8.26	Medida liminar.....	1224
8.27	<i>Amicus curiae</i>	1227
8.28	Esclarecimento de matéria de fato e informações acerca da aplicação da norma impugnada.....	1229
8.29	Da decisão.....	1230
8.30	Revogação da norma e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade.....	1231
V	Ação declaratória de constitucionalidade.....	1232
8.31	Primeiras considerações.....	1232
8.32	Legitimidade.....	1237
8.33	Objeto e parâmetro de controle.....	1238
8.34	Petição inicial.....	1239
8.35	Controvérsia judicial relevante.....	1240
8.36	Indeferimento da petição inicial.....	1242
8.37	Participação no processo.....	1243
8.38	Esclarecimento de matéria de fato e informações acerca da aplicação da norma questionada.....	1243
8.39	Medida liminar e seus efeitos.....	1244
8.40	Decisão.....	1247
VI	Efeitos das decisões de inconstitucionalidade e de constitucionalidade.....	1248
8.41	Eficácia <i>erga omnes</i>	1248
8.41.1	Eficácia <i>erga omnes</i> e coisa julgada material.....	1248
8.41.2	Decisão de constitucionalidade e possibilidade de posterior ou outra ação direta de inconstitucionalidade.....	1250
8.41.3	Decisão de constitucionalidade com efeitos <i>erga omnes</i> e impacto das novas circunstâncias sobre o controle difuso.....	1255
8.41.4	Efeitos temporais da revogação da decisão de constitucionalidade.....	1257
8.42	Eficácia vinculante.....	1258
8.42.1	Primeiras considerações.....	1258
8.42.2	Extensão objetiva.....	1262
8.42.3	Extensão subjetiva.....	1265
8.43	Reclamação.....	1268
8.44	Modulação dos efeitos temporais da decisão de inconstitucionalidade.....	1274

8.45	Efeitos da decisão de inconstitucionalidade sobre a coisa julgada.....	1286
8.45.1	Lei inconstitucional e decisão baseada em lei inconstitucional: efeitos da lei e efeitos da decisão judicial.....	1286
8.45.2	Incompatibilidade da retroatividade da decisão de inconstitucionalidade com o sistema difuso.....	1293
8.45.3	Coisa julgada e segurança jurídica.....	1299
8.45.4	Retroatividade da decisão de constitucionalidade sobre a coisa julgada	1300
8.45.5	A impugnação fundada em decisão de inconstitucionalidade no CPC de 2015: da retroatividade à tutela da observância das decisões e dos precedentes constitucionais.....	1301
8.45.6	Da ação rescisória fundada em “violação literal de lei” (art. 485, V, do CPC/1973) à ação rescisória baseada em violação de “norma jurídica” (art. 966, V, do CPC/2015).....	1303
8.45.7	A tese de que não há interpretação controvertida de norma constitucional.....	1307
8.45.8	Não há distinção entre decisão proferida em controle concentrado e controle difuso para efeito de rescindibilidade de coisa julgada.....	1316
8.45.9	A previsão de hipótese de rescisória baseada em ulterior decisão de inconstitucionalidade no CPC de 2015	1317
8.45.10	O caso <i>Metabel v. União Federal</i> : a não admissão de ação rescisória baseada em ulterior precedente do Supremo Tribunal Federal mediante a afirmação da garantia constitucional da coisa julgada material.....	1318
8.45.11	Casos em que se admite ação rescisória baseada em violação de norma constitucional.....	1321
8.45.12	Modulação de efeitos e coisa julgada.....	1322
VII	– Técnicas de decisão.....	1325
8.46	Inconstitucionalidade, nulidade, decisão declaratória e produção de efeitos	1325
8.47	Declaração de inconstitucionalidade total e declaração de inconstitucionalidade parcial..	1329
8.48	Inconstitucionalidade por arrastamento	1330
8.49	Pronúncia de inconstitucionalidade sem declaração de nulidade.....	1331
8.50	Omissão parcial, pronúncia de inconstitucionalidade e isolamento de determinados efeitos.....	1332
8.51	Norma em trânsito para a inconstitucionalidade.....	1333
8.52	Interpretação conforme à Constituição.....	1336
8.53	Declaração parcial de nulidade sem redução de texto.....	1338
VIII	– Mandado de injunção.....	1339
8.54	Primeiras considerações	1339
8.55	História do mandado de injunção no STF.....	1341
8.56	Escopo do mandado de injunção.....	1350
8.57	Natureza mandamental?.....	1352
8.58	Legitimidade.....	1355
8.59	Medida liminar	1357
8.60	Pressupostos para a concessão do mandado de injunção.....	1360
8.60.1	Dever de legislar.....	1360

8.60.2	Mora do legislador.....	1362
8.60.3	Norma insuficiente e omissão parcial.....	1364
8.60.4	Norma não autoaplicável.....	1366
8.60.5	Norma recepcionada pela Constituição, edição superveniente da norma e encaminhamento de projeto de lei.....	1366
8.61	Coisa julgada nos mandados de injunção individual e coletivo.....	1368
8.62	Revisão da decisão? A questão dos efeitos temporais da coisa julgada.....	1369
8.63	Retroatividade apenas para beneficiar.....	1369
8.64	Eficácia “natural” da coisa julgada.....	1370
8.65	Eficácia dos precedentes.....	1370
8.66	O mandado de injunção diante da possibilidade de a falta de lei ser suprida no caso conflitivo concreto.....	1372
IX	Ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	1375
8.67	Primeiras considerações.....	1375
8.68	Escopo da ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	1377
8.69	Objeto da omissão inconstitucional.....	1378
8.70	Legitimidade.....	1380
8.71	Procedimento.....	1383
8.72	Omissão parcial de inconstitucionalidade.....	1389
8.73	Medida liminar.....	1391
8.74	Da decisão na ação de inconstitucionalidade por omissão. Crítica.....	1394
8.75	Efeitos da decisão proferida na ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Responsabilidade do Estado por omissão inconstitucional.....	1397
X	Arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	1404
8.76	Primeiras considerações.....	1404
8.77	Modalidades.....	1406
8.78	Requisitos da arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	1407
8.78.1	Ausência de outro meio processual capaz de sanar a lesividade de modo eficaz.....	1407
8.78.2	Relevância do fundamento de controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição ...	1409
8.79	Legitimidade.....	1410
8.80	Parâmetro de controle.....	1412
8.81	Objeto.....	1414
8.81.1	Introdução.....	1414
8.81.2	Atos do Poder Público.....	1414
8.81.3	Direito pré-constitucional.....	1415
8.81.4	Declaração de inconstitucionalidade de direito municipal.....	1417
8.81.5	Declaração de constitucionalidade dos direitos municipal e estadual.....	1418
8.81.6	Controle de ato legislativo em fase de formação.....	1419
8.81.7	Norma de caráter secundário.....	1422
8.81.8	Decisões judiciais e arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	1423
8.81.9	A questão da omissão parcial.....	1427

8.82	Procedimento	1429
8.83	Medida liminar	1432
8.84	Decisão e efeitos	1434
XI	– Representação interventiva	1435
8.85	Introdução.....	1435
8.86	Legitimidade.....	1437
8.87	Objeto	1439
8.88	Compreensão dos princípios sensíveis como parâmetro para a decretação da intervenção..	1441
8.89	Procedimento	1442
8.90	Medida liminar	1444
8.91	Decisão e efeitos	1446
XII	– Controle de constitucionalidade dos direitos estadual e municipal	1447
8.92	Primeiras considerações	1447
8.93	Norma estadual e duplicidade de controle de constitucionalidade.....	1448
8.94	Decisão de (in)constitucionalidade de norma constitucional estadual, em face da Constituição Federal, em ação direta de inconstitucionalidade proposta perante o Tribunal de Justiça.....	1453
8.95	Norma constitucional de reprodução e interpretação incompatível com a Constituição Federal. Cabimento de recurso extraordinário	1454
8.96	Ação de inconstitucionalidade por omissão nos Estados-membros.....	1454
8.97	Ação direta de constitucionalidade nos Estados-membros	1455
8.98	Efeitos da decisão proferida em sede de ação direta de âmbito estadual	1456
XIII	– Controle de convencionalidade	1458
8.99	Introdução. Hierarquia normativa dos tratados internacionais dos direitos humanos	1458
8.100	Significado de supralegalidade dos tratados internacionais.....	1463
8.101	Modos de controle da convencionalidade no direito brasileiro	1464
8.102	Controle de supraconstitucionalidade.....	1465
8.103	O controle de convencionalidade pela Corte Interamericana de Direitos Humanos	1467
8.104	Objeto e parâmetro do controle de convencionalidade na Corte Interamericana	1473
8.105	Os efeitos das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos	1474
	<i>Referências</i>	1477
	<i>Outras obras dos autores</i>	1563